

ONOMÁSTICA, UMA CIÊNCIA PARA A AUTOIDENTIFICAÇÃO DE RONDÔNIA

ONOMASTICS - A SCIENCE FOR RONDONIA'S SELF IDENTIFICATION

Júlio César Barreto Rocha
juliobarretorocho@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Elis Monique de Vasconcelos Galvão
moniquegalvao7@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Maurício Costa Gonçalves
goncomau@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

RESUMO: A Onomástica, disciplina onipresente nos espaços internacionais das Letras (porque fora do Brasil sabe-se da sua importância para a identificação cultural de um povo), não se encontra fácil ou comumente nos debates nas escolas ou nos cursos de graduação brasileiros. Ela é na realidade uma ciência definitiva de cada indivíduo mas também de uma coletividade e do próprio país, quando convertido em Estado-nação moderno: O nome do país é uma senha obrigatória que vincula cada cidadão ao Mundo Global, válida para todos e para sempre. No mundo todo, os países possuem vizinhos sempre com algum grau de conflitividade com outros povos com os quais disputam territórios, signos e ícones históricos. Por infortúnio (ou talvez por fortuna), no Brasil, nos conteúdos programáticos das disciplinas de graduação das Humanidades (Letras, Ciências Sociais, Pedagogia, etc.), não dispomos de materiais capazes de valorizar, do modo como se deveria, a denominação dos lugares e mesmo de pessoas. Neste texto, recolhemos resultados alcançados por algumas equipes que, nos últimos três anos, se debruçaram sobre a Toponímia e a Antroponímia na Amazônia, especialmente começando concretamente da cidade de Porto Velho.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia. Antroponímia. Amazônia. Cultura.

ABSTRACT: Onomastics, an ubiquitous discipline in international spaces of Letters (outside of Brazil it is known its importance to the cultural identification), is not easy or often found in schools or in the debates in undergraduate courses in Brazil. It is actually a science that defines each individual but also a community and the country itself, when converted into modern nation-state: the country's name is a password to link every citizen to the Global World, valid for all and forever. Worldwide, neighboring countries have always had some degree of conflict with other people with whom they compete for territory, signs and historical icons. On the misfortune (or perhaps fortunately), in Brazil, the program content of graduate courses in the Humanities (Letters, Social Sciences, Education, etc.), we have no material able of enhancing, the way it should, the name of places and even from people. In this paper, we collect results for some research groups that over the past three years, have focused on the Toponymy and Antroponymy in the Amazon, beginning from the city of Porto Velho.

Keywords: Onomastics. Toponymy. Antroponymy. Amazon. Culture.

1. INTRODUÇÃO

A nossa intenção é explicitar os resultados de diversos trabalhos que se estenderam sobre a grande área da Onomástica. No seio dos trabalhos, em um Projeto de Pesquisa, batizado de “Comunidades da Amazônia, Seus Nomes, Sua Toponímia, Nossa Cultura”, foram mapeadas algumas escolas que, no espaço de certa periferia social da cidade de Porto Velho, poderiam indiciar, pelos nomes de pessoas, as origens sociais e culturais as gentes aportadas no município. Esta nossa atitude de busca quer capitalizar o **momento** atual de coletividades, caracterizado por possuir um anseio de identificação de uma população que, fruto de diversas manobras colonizadoras do governo federal brasileiro, vem sendo tratada como simples levas de trabalhadores a palmilhar estas “paragens do poente”: esta atividade frenética e desengonçada de dirigentes de Rondônia, como se sabe, atraiu quase tantas pessoas quantas rechaçou, dizimadas por enfermidades e conflitos sociais e culturais na construção da Madeira–Mamoré; dissipadas pelos seringais atapetados de soldados da borracha; afogadas nos rios e barrancos da procura insana do ouro envilecido... e, mesmo hoje, com a proletarização de milhares de mulheres e homens de passagem por Jaci-Paraná (topônimo tristemente famoso em todo o Brasil) e na Porto Velho das hidrelétricas, que darão luz e força a todo o País, à custa da falta de enraizamento de toda essa **colmeia**, nessa Rondônia dilacerada.

Neste sentido, o Projeto “Comunidades da Amazônia” logrou avançar a descoberta da efetiva multicoloração de nomes, de pessoas e de lugares, bastante desvinculados de uma centralização suficiente, uma vez que inexistia um ponto único de referência para as pessoas que se deslocavam ao Estado apenas em busca de melhores condições de trabalho, relegando o cuidado com o viver e com a qualidade do viver, para, no dia seguinte, deixar o Estado: fixar raízes levaria a construir uma nomenclatura antroponímica e toponímica mais segura e igualizada, não caótica, tal como fomos encontrando no caminho.

Além disso, identificamos os nomes das próprias escolas, muitas vezes escolhidos por uma centralização educacional burocrática, mapeados todos por pesquisadoras deste Projeto,¹ que evitaram uma crítica mais pertinaz, porquanto o nível dos seus planos de trabalho se encontrava numa fase mais que nada descritiva.

¹ São membros do Grupo Filologia e Modernidades, além de outras pessoas que compuseram as primeiras equipes de pesquisadoras do “Comunidades da Amazônia”, as profissionais, hoje graduadas em Letras, Alemmar Alemmar Ferreira da Fonseca, Daianne Severo da Silva, Lucineia Miranda Sanches e Vanilce Gomes.

Numa segunda fase, iniciada há cerca de um ano, outros pesquisadores passaram a identificar, a partir da legislação brasileira e da ciência onomástica, os antropônimos e os topônimos de Rondônia, investigando o seu caráter específico, seja na capital, ruas, bairros e pessoas que denominam lugares, seja no Estado, nas cidades, sedes e distritos que rotulam locais de nascimento e moradia dos rondonienses, verificando na região o funcionamento desta importante célula de indiciamento de civilização, na modernidade.

A variação na referência onomasiológica, de lugar a lugar, ou, ao contrário, a sua repetição, será índice de proximidade / diferenciação, cuja resolução explicativa dará ensejo a uma inferência culturalista de ordem científica, a partir das explanações da História das comunidades de cada lugarejo amazônico.

O vínculo antropotoponímico, determinado pela população anterior ou pela presença de imigrados no local, faz-nos ver que as palavras não apenas comunicam o que se quer dizer, mas também carregam a História daquilo que foi dito por necessidades dinâmicas das pessoas, repassadas pela tradição cultural. Detectar palavras é detectar a cultura. A análise do conjunto é o cerne desta face da ciência filológica, portanto objeto do mundo das Letras. Buscar preencher as lacunas epistemológicas e conteudísticas na área é tarefa desta Pesquisa, que já herda frutos importantes colhidos em Projeto anterior.

2. RELEVÂNCIA

A docente hoje responsável pelo projeto, professora Dra. Maria do Socorro Beltrão Macieira, é vice-líder do Grupo Filologia e Modernidades, devidamente registrado e certificado pelo CNPq, e foi Coordenadora do Mestrado em Letras da UNIR, e vem participando de encontros diversos, havendo proposto, após consulta a comunidades indígenas a criação do Curso de Licenciatura Indígena da PARFOR, tendo coordenado a produção de materiais da UAB e proferido diversas palestras sobre temáticas lítero-filológicas, nos últimos anos, por Rondônia.

A colaboração próxima com a OPIRON, com a FUNAI, com espaços indigenistas da UNDIME e com entidades públicas e privadas como a SECAD (com quem assinou parceria e coautoria de Projeto de Licenciatura Indígena em Língua Portuguesa e Língua Materna Indígena) ampliará o potencial de alcance dos resultados obtidos, sendo possível a busca de obter financiamento para maior divulgação dos trabalhos.

Como sucessor do Projeto “Comunidades da Amazônia, Seus Nomes, Sua Toponímia, Nossa Cultura”, o Projeto “Onomástica Rondoniana”, dirigido pelo anterior vice-coordenador, após debate acerca da conveniência do propósito de ampliar os espaços epistemológicos percorridos. Isto foi admitido dado que o centramento em espaços públicos havia esbarrado em inúmeros limites, não sendo possível, por exemplo, auferir para mais do que exemplos empíricos da vivência, certo número de comunidades indígenas autoidentificadas, coabitando no seio da chamada Sociedade Envolvente.

3. JUSTIFICATIVA

Como dissera Silvano Peloso,²

a memória não é um arquivo de imagens estáticas e definitivamente fixadas, mas um conjunto de procedimentos em contínua evolução. Do mesmo modo a identidade não é um dado adquirido de uma vez por todas, mas um processo em incessante desenvolvimento. Memória, identidade, pátria, integração significam pelo menos duas coisas: por um lado, uma realidade histórica, cultural, geográfica, econômica e política, empiricamente determinada; por outro, um ideal a ser realizado no plano histórico.

Memória e identidade são irmãs siamesas. A pátria, mais ou menos inventada, é construção de ambas. O interesse de identificar, a partir da legislação brasileira e da ciência onomástica, os antropônimos e os topônimos típicos de Rondônia possui o objetivo de conferir tanto a existência em si de nomes empregados pela população no local como também verificar a relação com as normas, o seu cumprimento, a sua realidade fática, o seu manancial de possibilidades didático-informativas para carrear aos programas de Cursos de Letras. Claude Lévi-Strauss, que possui estreita ligação com Rondônia, onde escreveu a maior parte dos seus *Tristes Trópicos*³.

Foi este autor que lançou o conceito de **entropologia**, maleta à Antropologia com entropia, representação de uma realidade entre relações variadas de civilizações diferentes, reunidas e não homogeneizadas. Assim se vê a Rondônia de hoje, múltipla e não linear. Sulista no Norte. Araucárias substituindo a mata nativa. Árvores aqui, como gentes acolá, sobrevivendo do que dá esta terra pela transplantação nem sempre com resultado bom para todas as partes. Assim seguiu este trabalho: Passou-se a investigar o seu caráter específico em

² AZEVEDO Filho, L. A.A. de & RODRIGUES, M.M. *Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusofônico*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

³ Está abandonada a casa que habitara em Vilhena, referenciada na sua obra magna, quando entabulou as mais importantes ligações com os nambiquaras, segundo relatou no seu livro. *Cf. Tristes Tropiques*. Paris: Librairie Plon, 1955.

Rondônia, a partir de Porto Velho, seja na capital, ruas, bairros e pessoas que denominam lugares, seja no interior Estado, espaços porém mais amplos, nomes das cidades, sedes e distritos que rotulam locais de nascimento e moradia dos rondonienses, verificando na região o funcionamento desta importante célula de indiciamento de civilização, na modernidade: os seus nomes próprios.

As comunidades, sobretudo as de menor contingente populacional, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas e outras agrupações humanas, em espaços públicos, cidades ou pequenos núcleos de convívio, possuem não apenas convivência de fato nas trocas comerciais e sociais do dia a dia, mas também compartilham mesmas preferências (termo da teoria) quanto aos antropônimos e topônimos, capazes de lhes conferir uma determinada unicidade cultural.

4. METODOLOGIA

Cumprindo com a metodologia configurada no Projeto que sucedemos, partimos do fato de que pouco da Onomástica é pesquisada no âmbito das Letas –embora ciência central para informar todas as outras áreas que trabalham com substantivos próprios.

O ideal metodológico histórico-crítico é o Norte da Pesquisa, com método indutivo, dada a recolha de nomes não procurar ser exaustiva. Se nenhuma comunidade é estática, a sua definição linguística deve estar adscrita a um recorte sincrônico e a uma explicação do léxico que comporte delimitação dos componentes tecnológicos, de considerações do local, de explicações acerca do ambiente cultural *stricto sensu*. Técnicas de recolha de pesquisa de campo em espaços públicos dão espaço agora para obtenção de normas que regulam a denominação pública e os interesses privados, de nomes de pessoas e de ruas, bairros, cidades, etc. Uma visão estruturalista é apenas primeira no processo de dilucidação que deverá ser de natureza cultural, mas devemos ir além.

Neste sentido, os filólogos ARACIL (2004) e CALVET (1993) estão conectados com uma mais antiga tradição estruturalista, de MARTINET (1975) ou de JAKOBSON (1953), uma vez que é necessário estabelecer padrões linguísticos do funcionamento da língua a partir das palavras empregadas. O comportamento dos utentes do idioma revela-se nas palavras (cf. FOUCAULT, 1975) e autenticar esta realidade dual como base foi sempre uma das tarefas principais deste trabalho.

A captura contudo da variação, na referência onomasiológica, de lugar a lugar, ou ao contrário a sua repetição, será índice de proximidade / diferenciação, cuja resolução explicativa dará ensejo a uma inferência culturalista de ordem científica, a partir das explanações da História das comunidades de cada lugarejo amazônico a investigar.

Identificar hábitos linguísticos de comunidades determinadas que sobrevivem ou que evoluem conforme o contato com quefazeres antigos ou modernos, localistas ou forâneos, podem ser determinados pela antiguidade da população ou pela presença de imigrados no local –e este parâmetro também pode vir a ser averiguado.

Foram empregados de estudos referenciais metodológicos e históricos efetuados nos últimos anos (ROCHA, 2001, 2003, 2007 e 2011) de modo que fosse compensada a pouca prática de teóricos sobre a Amazônia: nem sempre podemos utilizar da mesma forma o mesmo instrumental empregado nas realidades de fora desta grande e complexa região humana. Por isto, houve mais atenção com a busca lhana de palavras, que não apenas comunicam o que aparentemente dizem, mas a sua História é reflexo de injunções da penetração ávida de parcelas humanas que se sobrepuseram através das décadas de povoamento e despovoamento sucessivos.

Detectar quais palavras existem significa detectar qual cultura sobrevive. A análise do conjunto é o cerne da ciência filológica, portanto objeto do mundo das Letras. Estabelecer a presença ou a viagem das palavras é acompanhar o evoluer das próprias comunidades pelo tempo afora. O recorte sincrônico porém não deve desprezar a interpretação diacrônica; o interesse científico não se ubica somente num espaço-tempo assim como a perspectiva histórica necessita admitir pontos exatos no mapa da vivência humana.

A Filologia, nuclear aqui, se desenvolveu como ciência com maior firmeza epistemológica justamente na aferição de pormenores que detectassem dados culturais, e com ela a Onomástica. Já na Antiguidade a detecção dos nomes vinha sendo empregada cientificamente para bem caracterizar uma cultura determinada, identificável com uma centralidade monovalente, neste sentido. Assim, o vínculo antroponímico e toponímico, determinado pela população anterior ou pela presença de imigrados no local, faz-nos perceber que as palavras não apenas comunicam o que se quer dizer, mas acusam a História daquilo que foi dito, por necessidades dinâmicas das pessoas, repassadas pela tradição cultural.

5. RESULTADOS

Detectar palavras é detectar a cultura. A análise do conjunto é o cerne desta face da ciência filológica, portanto objeto do mundo das Letras. O emprego que se realiza do conceito de “Relações Privadas” nos projetos, o anterior e o que está em execução, faz brilhar o ideal de uma realidade nominalista, porque passa a enfeixar grupos sociais estabelecidos após definida a questão linguística, tarefa dos portugueses.

Este conceito terminológico e esta detecção prévia não são vãos, e encaminha-nos para a possibilidade de favorecer o reconhecimento dos núcleos culturais como forma de requisitar a atenção de políticas públicas. Como se sabe, muitas vezes os titulares de cargos públicos são responsáveis algumas vezes (e decerto por desconhecimento mais do que por ódio racial, étnico, religioso, social, elitista, etc.) não apenas pelo esquecimento desta identidade social, mas pelo apagamento das marcas ao desprezar estes caracteres típicos das populações enfrentadas à distância dos grandes centros, à conurbação desses grandes centros ou simplesmente à agregação das pessoas ao núcleo irradiador das normas, não escritas, do dever-ser “nacional”.

Buscar aprimorar este mapeamento visa obter uma situação posterior mais dignificante, revalorizando os direitos humanos diferenciados dos sujeitos destes espaços descentrados. No mesmo pé, obteremos um âmbito laboral específico, ao fim e ao cabo dos trabalhos, como meta, procurando encampar nos cartórios, tabelionatos, escritórios de secretarias de assistência social, o lócus de funcionamento do especializado nos temas aqui estudados, porquanto muitos são os vazios de conhecimento que permitiram esta situação de decapitação da História dos nossos núcleos de povoamento diferenciados da colonização arrasadora de matiz cultural monovalente portuguesa. A construção de uma sociedade mais justa se faz também quando tivermos pessoas trabalhando com conhecimento de campo sobre os valores identitários diferenciados das nossas comunidades.

A Secad/MinC (Secretaria Nacional da Identidade e Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura) está elencada a vir a ser parceira nossa na ampliação destes trabalhos, a quem levaremos os nossos resultados finais. Para empolgar ação subsequente.

6. CONCLUSÕES

Como dizia o projeto que sucedemos, os resultados de uma pesquisa sociolinguística da envergadura desta que assumimos podem deflagrar conclusões que permitam ilações capazes de favorecer a construção de realidades sociais mais condizentes com a equalização

de uma sociedade que queremos diferente, mais justa e solidária. Se por um lado “país rico é país sem pobreza”, por outro, povo com igualdade é povo diferenciado: as nossas riquezas estão também no universo cultural multiforme que devemos ajudar a preservar –primeiro descobrindo-o nas suas dificuldades.

Note-se que o objetivo geral do Projeto, na segunda fase, foi perscrutar normas que tratam de fixação de antropônimos e topônimos no Brasil, verificando a sua pertinência na aplicação a pessoas e lugares concretos na Amazônia, no propósito de estabelecer parâmetros de redignificação social. Especificamente, aproveita-se a identificar a realidade cultural antroponímica e toponímica de comunidades da região amazônica, a partir de Porto Velho e de Rondônia, verificando conexões concretas entre linguagem e sociedade no espaço amazônico assim caracterizado para algo mais.

Ao final do Projeto, quer-se buscar apoio ao reconhecimento de parcelas socioculturais diferenciadas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, primeiro) a partir da detecção de negativas de setores públicos para o emprego de denominações antroponímicas e toponímicas próprias, propondo ainda indicadores e modelos de políticas linguísticas, sob uma perspectiva intercultural e construir conhecimento de ponta de molde a subsidiar órgãos públicos e privados responsáveis por registros cartoriais e pelo estabelecimento, uso e afixação de denominações, tanto no âmbito antroponímico como no toponímico.

Se, como se dissera, nenhuma política pública nasce de um vazio ideológico, também não nascerá de um vazio de conhecimento. Até o final do século passado, o **diferencialismo** nas comunidades era visado pelas políticas públicas como nocivo ao Estado-nação moderno, muitas vezes uma ameaça à sua entidade e à sua natureza “igualitária”, “fraternal” e “solidária”, no máximo percebido como “folclore” ou banalizado sob alcunhas paternalistas ou mesmo pejorativas.

No atual paradigma sociopolítico, e com a emissão de diversas normas legais, decretos e leis ordinárias, federais e estaduais, a parcela menor da população ganha relevo e destaque, sendo objeto de políticas específicas voltadas à dignificação da identidade cultural própria, ainda que debaixo do manto de mesma língua, ou, quando não é assim, buscando recuperar e potencializar o outro idioma ali existente.

Assim, de fato, além de identificar os nomes próprios das pessoas e os seus topônimos, arcaicos de remanescentes de populações antigas, ou novos, impostos por novos contingentes de imigrados, como um índice de verificação dos diferenciais, seja em espaços menores de grandes cidades, seja nas comunidades rurais e em pequenos lugarejos ou espaços públicos da

periferia, é importante ir mais além: verificar as suas normativas, a realidade que o cerca e estar aptos a propor modificações de índole política a nortear a melhora das condições de vivência das populações, com as suas denominações próprias definidas com funcionamento adequado à dignidade dos povos diferenciados.

A Onomástica é ciência que poderá e deverá ser cada vez mais trabalhada nos cursos de Letras e outros, dada a integração, nucleada em si, dos grupos indígenas, quilombolas e outras parcelas sociais, no propósito de municiar o cumprimento pelo Poder Público das novas normativas que deverão ser contempladas.

Como emplacadora de uma ciência hoje algo descentrada da nossa consideração funcional nas Letras e como tarefas hoje pouco definidas nas políticas públicas, temos com esta proposta levada a cabo um avanço significativo para a redignificação supracitada.

Exatificar em várias pesquisas de substantivos próprios, nomes de pessoas e de lugar, ou de lexias mais complexas, aquelas preferências dos locais concretos é um propósito primeiro deste nosso Projeto.

Verificar a existência destes dados em espaços públicos, cidades ou localidades rurais determinadas possibilitará o reconhecimento de ligações que, de outra forma, poderiam passar despercebidos pelo cientista social mais cauteloso que desprezasse a centralidade do referente onomasiológico, que aqui se recupera.

7. REFERÊNCIAS

ALONSO, M. (2004). **O Espanholismo Linguístico**. Compostela: Agália.

AMARAL, N. & TEZZARI, N. (2007). **Cultura, Leitura e Linguagem: Discursos de Letramentos**. Porto Velho: EdUFRO.

ARACIL (2004). **Do Latim às Línguas Nacionais**. Santiago: AAGP.

BRASIL. **Legislação**. www.presidencia.gov.br

CALVET, J-L. (1993). **Linguística e Colonialismo**. Compostela: Laivento.

FOUCAULT, M. (1975). **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, B. (2004). **Rio Babel –A História das Línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: UERJ.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 37 Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GIFRÉ & PIÑOL (1996). **La Conciencia Lingüística en Europa**. Madrid: Espasa-Calpe.

- HAENSCH, G. et alii. **La Lexicografía. De la Lingüística Teórica a la Lexicografía Práctica**. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- ISER, W. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- JAKOBSON (1953). **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, s/d.
- LAJOLO, M et alii. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 11. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- MARTINET, A. (1975). **Elementos de Linguística Geral**. São Paulo: Martins Fontes.
- ONU (1996). **Declaración Universal de los Derechos Lingüísticos**. Internet.
- OPAN (1989). **A Conquista da Escrita Encontros de Educação Indígena**. São Paulo: Iluminuras.
- QUEIXALÓS & RENAULT-LESCURE (Orgs.) (2000). **As Línguas Amazônicas hoje**. São Paulo: ISA.
- REBOREDO, X. (2001) **La Invención del Estado-nación**. Santiago: Tórculo.
- ROCHA, J.C.B. (2011). “Registro Civil de Nascimento de Indígenas: Do Reconhecimento de um Direito ao Conhecimento Técnico Antropológico”. *In: Seminário da Terceira Etapa do Projeto Piloto Registro Civil de Nascimento dos Povos Indígenas do Amazonas*. Projeto Rondon – Associação Nacional dos Rondonistas / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Manaus, Amazonas. Reitoria da UEA – Universidade Estadual do Amazonas. 29 de abril de 2011.
- ROCHA, J.C.B. (2007). “Amazônia, Identidades e Línguas: Objetos Para a Renovação dos Cursos de Letras”. **XII Semana de Letras da Ufam “Universo Amazônico em Letras”**. Manaus, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Minicurso ministrado nos dias 05 a 07 de dezembro de 2007.
- ROCHA, J.C.B. (2003). **Análise Intercultural de Argumentos**. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, 2005.
- ROCHA, J.C.B. (2001). “A ilha-Brasil: identidade pela diversidade”. *In* (obra coletiva): Maria Teresa Toribio Brittes Lemos Luiz Henrique Nunez Bahia, Andrzej Dembicz. **Brasil: Espaço, Memória e Identidade**. Estudos e Materiais. Número 21. Warszawa: CESLA-Centro de Estudos Latino-Americanos / UERJ; pp. 54-72.
- ROCHA, J.C.B. (1998). “Os periódicos e a consciência filológica.” *In* (obra coletiva): **I Simposio Internacional de Análisis del Discurso**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid & Université Paris XIII; Madrid.
- ROUSSEAU (1781). **Essai sur l’origine des langues**. Paris: Martin Claret, 1984.
- SILVA, E. Th. **A produção da leitura na escola: pesquisas x propostas**. São Paulo: Ática, 1995.
- THOMPSON, M. *et alii*. **Cultural Theory**. Westview Press, 1990.

VÁZQUEZ CORREDOIRA (1998). **A construção da língua portuguesa frente ao castelhano**. Compostela: Latiovento.

VERMES, G. e BOUTET, J. **Multilinguismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.